



NEOENERGIA ITABAPOANA

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

SUMÁRIO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	2
1. A NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIAS.A.....	2
1.1. Estrutura Societária.....	2
2. DESEMPENHO OPERACIONAL	2
3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO	2
3.1. Linhas de transmissão em construção	2
EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS	3
5. RECEITA ANUAL PERMITIDA	3
6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	3
6.1. Resultado Econômico-Financeiro	3
7. ESTRUTURA DE CAPITAL.....	4
7.1. Perfil da Dívida.....	4

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Ao apresentar os resultados de 2022, a Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIAS.A.

A Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A (“Companhia”), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:

**2. DESEMPENHO OPERACIONAL**

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: no estado do Rio de Janeiro, pelo primeiro e segundo circuito da Linha de Campos 2 - Mutum, em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 227km, com origem na Subestação Campos 2 e término na Subestação Mutum. A Companhia está em fase de construção e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial. A Receita Anual Permitida (RAP) é de R\$ 69.100, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO**3.1. Linhas de transmissão em construção**

Projeto Linhas de Transmissão - Características Físicas					
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 500kV Campos 2 – Mutum	2	500kV	227	29/09/2023	22/03/2049

EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Projeto Linhas de Transmissão - Evolução Física e Investimentos				
Linha de Transmissão	Evolução Física em 31/12/2021	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2021 (R\$ Mil)*	Evolução Física em 31/12/2022	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2022 (R\$ Mil)*
LT 500kV Campos 2 – Mutum	56%	274.605	85%	299.118

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A RAP – receita anual permitida é o valor em reais (R\$) que a Companhia terá direito pela prestação de serviço público de transmissão, aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão. A RAP homologada para a Companhia é de R\$69.100.000,00 e será atualizada anualmente via IPCA.

Projeto Linhas de Transmissão - Características Financeiras						
Linha de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ mil)	RAP Proporcional (R\$ mil)	Ano de Degrado da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
LT 500kV Campos 2 – Mutum	100%	69.100	69.100*	2024	Junho	IPCA

* A RAP da Companhia é associada, ou seja, somente será liberada no momento em que a obra for completamente finalizada

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

6.1. Resultado Econômico-Financeiro

DRE (R\$ mil)	2022	2021	Variação	
			R\$	%
(+) Receita líquida	387.683	397.831	(10.148)	-3%
MARGEM BRUTA	387.683	397.831	(10.148)	-3%
(+) Custos de construção	(299.118)	(274.605)	(24.513)	9%
(+) Custos dos serviços	(1.545)	(1.154)	(391)	34%
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(780)	(250)	(530)	212%
= Despesa Operacional	(301.443)	(276.009)	(25.434)	9%
EBITDA	86.240	121.822	(35.582)	-29%
(-) Depreciação	(10)	(5)	(5)	100%
(-) Resultado Financeiro	(50.547)	(46.090)	(4.457)	10%
(-) IR/CS	(12.133)	(25.747)	13.614	-53%
LUCRO LÍQUIDO	23.550	49.980	(26.430)	-53%

A Margem Bruta e as Despesas Operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$387.683 mil, -3% vs. 2021 e -R\$301.443 mil, +9% vs. 2021, respectivamente, explicadas pela evolução das obras de construção em relação ao período anterior.

Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$86.240 mil, redução de 29%, em relação ao ano de 2021.

O Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$50.547 mil em 2022 (+10% vs. 2021) devido principalmente a contratação de novos financiamentos em 2022 e à despesa com encargos financeiros, impactada pela variação do IPCA em relação ao ano anterior.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2022 de R\$23.550 mil, uma redução de 53% em relação ao ano anterior.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2022, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$576.803 mil (dívida líquida R\$414.458 mil), apresentando um aumento de 62% em relação a dezembro de 2021, quando a dívida bruta foi de R\$356.015 mil (dívida líquida R\$247.007 mil).

Em relação a segregação do saldo devedor, a Companhia possui 64% da dívida contabilizada no longo prazo e 36% no curto prazo.



DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Itabapoana, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Itabapoana e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Itabapoana.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Itabapoana sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Concessão do serviço público - Ativo contratual

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3 e nº 9 às demonstrações financeiras, a Companhia atua como prestadora de serviços, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. O reconhecimento do ativo contratual de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada, e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Diretoria.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido na mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo, nas margens de lucros e nas projeções das receitas esperadas, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (ii) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas; (iii) entendimento dos critérios e premissas utilizados na determinação das margens de construção e operação e manutenção, das taxas implícitas aplicadas aos fluxos de recebimento futuro; (iv) testes substantivos relacionados aos documentos comprobatórios das adições ao ativo de contrato, recálculo dos fluxos de recebimento futuro dos projetos de infraestrutura, recálculo das atualizações monetárias e da remuneração financeira dos ativos contratuais, em base amostral, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia e; (v) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a determinados controles de tecnologia da informação que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e a ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. As deficiências mencionadas foram remediadas pela Companhia dentro do exercício.

Baseado nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento do ativo contratual e suas respectivas receitas são aceitáveis para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações financeiras como um todo.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, com data de 17 de fevereiro de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ


Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

Sumário

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	4
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	5
BALANÇO PATRIMONIAL	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12
4. CUSTOS DE CONSTRUÇÃO.....	13
5. CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	13
6. RESULTADO FINANCEIRO	14
7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER	14
8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	16
9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL).....	17
10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS E OPERAÇÕES DE DESCONTO DE TÍTULOS	18
11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS DERIVATIVOS	18
12. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS	21
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	22
14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	23
15. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	24

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2022	2021
Receita operacional líquida	3	387.683	397.831
Custos dos serviços		(300.663)	(275.759)
Custos de construção	4	(299.118)	(274.605)
Custos dos serviços	5	(1.545)	(1.154)
Lucro bruto		87.020	122.072
Despesas gerais e administrativas	5	(790)	(255)
Lucro operacional		86.230	121.817
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	6	11.690	5.358
Despesas financeiras	6	(43.325)	(51.458)
Outros resultados financeiros, líquidos	6	(18.912)	10
		(50.547)	(46.090)
Lucro antes dos tributos		35.683	75.727
Tributos sobre o lucro		(12.133)	(25.747)
Diferido	7.1.1	(12.133)	(25.747)
Lucro líquido do exercício		23.550	49.980
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:	13.2.a	0,12	0,40

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	23.550	49.980
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(829)	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	282	-
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(829)	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	(547)	-
Resultado abrangente do exercício	23.003	49.980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	23.550	49.980
Ajustado por:		
Amortização	10	5
Tributos sobre o lucro	12.133	25.747
Resultado financeiro, líquido	50.547	46.090
Alterações no capital de giro:		
Concessão serviço público (ativo contratual)	(421.376)	(438.381)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros e operações de desconto de títulos	(79.081)	104.598
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	373	431
Outros tributos a recuperar, líquidos	35.547	48.629
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(9.181)	(6.160)
Outros ativos e passivos, líquidos	30.840	(21.218)
Caixa líquido consumido nas operações	(356.638)	(190.279)
Rendimentos de aplicações financeiras	11.667	5.513
Caixa consumido nas atividades operacionais	(344.971)	(184.766)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(513)	(75)
Caixa consumido nas atividades de investimento	(513)	(75)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	200.000	-
Depósitos em garantias	(25.231)	-
Aumento de capital	267.454	15.000
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	442.223	15.000
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	96.739	(169.841)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	82.008	251.849
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	178.747	82.008
Transações que não envolveram caixa:		
Adições e reversões, líquidas e atualizações de provisões capitalizadas	5.823	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	178.747	82.008
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	4.964	2.849
Outros tributos a recuperar		1.211	733
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	38.305	-
Adiantamento a fornecedores		909	21.316
Outros ativos		259	352
Total do circulante		224.395	107.258
Não circulante			
Depósitos judiciais	12.c	16.038	6.267
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	923.593	534.699
Imobilizado		381	13
Intangível		253	117
Total do não circulante		940.265	541.096
Total do ativo		1.164.660	648.354
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros e operações de desconto de títulos	10	28.296	107.534
Empréstimos e financiamentos	11.2.a	209.012	16.509
Instrumentos financeiros derivativos	11.3.a	16.402	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		1.510	1.137
Outros tributos a recolher	7.2	1.608	9.775
Outros passivos		6.687	132
Total do circulante		263.515	135.087
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11.2.a	367.791	339.506
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	40.869	29.018
Outros tributos a recolher	7.2	96.352	49.460
Provisões	12	8.873	-
Outros passivos		2.392	872
Total do não circulante		516.277	418.856
Patrimônio líquido			
Atribuído ao acionista da Companhia	13	384.868	94.411
Total do patrimônio líquido		384.868	94.411
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.164.660	648.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros							
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	38.082	2.816	53.513	-	-	-	-	94.411
Capital integralizado	267.454	-	-	-	-	-	-	267.454
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	23.550	23.550
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(547)	-	(547)
Destinação do lucro:								
Reserva legal	-	1.178	-	-	-	-	(1.178)	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	-	5.592	-	-	(5.592)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	16.780	-	(16.780)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	305.536	3.994	53.513	5.592	16.780	(547)	-	384.868
Saldos em 31 de dezembro de 2020	23.082	317	6.032	-	-	-	-	29.431
Capital integralizado	15.000	-	-	-	-	-	-	15.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	49.980	49.980
Destinação do lucro:								
Reserva legal	-	2.499	-	-	-	-	(2.499)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	47.481	-	-	-	(47.481)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	38.082	2.816	53.513	-	-	-	-	94.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A, que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional.

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: no estado do Rio de Janeiro, pelo primeiro e segundo circuito da Linha de Campos 2 - Mutum, em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 227km, com origem na Subestação Campos 2 e término na Subestação Mutum.

A Companhia apresentou capital circulante negativo nos exercícios de 2022 e 2021, pelo fato de estar em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial, previsto no contrato de concessão com a Aneel para março de 2024.

A Receita Anual Permitida (RAP) prevista é de R\$69.100 (data de referência: julho de 2018), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão, datado de 22/03/2019.

1.1. Gestão de risco financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

1.1.1. Gestão de riscos financeiros

Considerações gerais e políticas internas

A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;

- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e
- Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a LIBOR e CDI.	Operações de <i>swap</i> , gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de mercado – Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controle internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

1.1.2. Gestão de risco de mercado

Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, nos contratos com fornecedores e no pagamento maior de Capex implicando em aumento indesejado da dívida da Companhia.

1.1.3. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país.

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 11).

1.1.4. Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

1.1.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2022.

<u>Ratings de longo prazo em escala nacional</u>	<u>Moody's</u>	<u>S&P</u>	<u>Fitch</u>
Banco do Brasil	-	-	AA
Itaú	AAA	-	AAA
BNP Paribas	AAA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA

1.2. Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segura
Seguro Garantia	22/03/2019 a 17/12/2024	37.678

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 14 de fevereiro de 2023.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.a.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
7.1.2	Tributos sobre o lucro diferidos
9	Concessão do serviço público (ativo contratual)
12	Provisão para processos judiciais
15.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2023

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2022	2021
Construção de infraestrutura da concessão	347.349	411.093
Remuneração do ativo contratual	79.850	27.288
Receita operacional bruta	427.199	438.381
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(39.516)	(40.550)
Receita operacional líquida	387.683	397.831

3.1. Deduções da receita bruta

	2022	2021
Tributos gerais		
PIS e COFINS – diferidos	(39.516)	(40.550)
Total	(39.516)	(40.550)

3.2. Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica.

A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (Veja nota 9 para mais informações).

A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional.

A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis:

I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 13%a.a. e 18%a.a., nominal e antes dos impostos.

II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5%a.a. e 11,5%a.a.

4. CUSTOS DE CONSTRUÇÃO

	2022	2021
Pessoal e benefícios a empregados	(4.973)	(3.961)
Material	(104.636)	(261.512)
Serviços de terceiros	(172.758)	(6.326)
Outros	(16.751)	(2.806)
Total	(299.118)	(274.605)

5. CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2022		
	Custo dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(1.543)	(595)	(2.138)
Serviços de terceiros	-	(119)	(119)
Depreciação e amortização	-	(10)	(10)
Impostos, taxas e contribuições	-	(5)	(5)
Outras receitas e despesas, líquidas	(2)	(61)	(63)
Total	(1.545)	(790)	(2.335)

	2021		
	Custo dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(1.154)	(123)	(1.277)
Depreciação e amortização	-	(96)	(96)
Impostos, taxas e contribuições	-	(5)	(5)
Outras receitas e despesas, líquidas	-	(1)	(1)
	-	(30)	(30)
Total	(1.154)	(255)	(1.409)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	11.667	5.513
PIS e COFINS sobre receita financeira	(585)	(265)
Atualização de depósitos judiciais	590	107
Outras receitas financeiras	18	3
	11.690	5.358
Despesa financeira		
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽¹⁾	(43.112)	(51.326)
Outras despesas financeiras	(213)	(132)
	(43.325)	(51.458)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado – Dívida	(3.496)	-
Perdas com instrumentos financeiros derivativos – Nota 11.3.b	(46.682)	-
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos – Nota 11.3.b	31.109	-
Perdas com variações cambiais e monetárias	(141)	-
Ganhos com variações cambiais e monetárias	298	10
	(18.912)	10
Resultado financeiro, líquido	(50.547)	(46.090)

⁽¹⁾ Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA) e apropriação dos custos de captação.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER

7.1. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	35.683	75.727
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação 34%	(12.132)	(25.747)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Outros	(1)	-
Tributos sobre o lucro	(12.133)	(25.747)
Alíquota efetiva	34%	34%
Diferido	(12.133)	(25.747)

7.1.2. Tributos diferidos

	IR/CSLL	
	2022	2021
Ativo		
Provisão para participação nos lucros e resultados	170	5
Prejuízo fiscal e base negativa	39.562	21.551
Outros	390	305
Total diferenças temporárias - ativo	40.122	21.861
Passivo		
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(80.991)	(50.879)
Total diferenças temporárias - passivo	(80.991)	(50.879)
Tributos sobre o lucro diferidos, líquido	(40.869)	(29.018)

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	(29.018)	(3.271)
Efeitos reconhecidos no resultado	(12.133)	(25.747)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	282	-
Saldo final do exercício	(40.869)	(29.018)

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	2026	2027	Entre 2028 e 2037
Ativo fiscal diferido	251	1.101	38.769

7.1.3. Tributos correntes ativos

	2022	2021
Imposto de Renda – IR	4.964	2.613
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	-	236
Ativo	4.964	2.849
Circulante	4.964	2.849

7.1.4. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7.2. Outros tributos a recolher

	2022	2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICMS	7.764	9.490
Programa de Integração Social – PIS ⁽¹⁾	15.879	8.827
Contribuição para o Financiamento da Seguridade social – COFINS ⁽¹⁾	73.151	40.665
Impostos e contribuições retidos na fonte	900	197
Outros	266	56
Total outros tributos a recolher	97.960	59.235
Circulante	1.608	9.775
Não circulante	96.352	49.460

⁽¹⁾ Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	84	77
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	31.457	-
Fundos de investimento	147.206	81.931
	178.747	82.008

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 é de 100,3% do CDI (99,3% em 31 de dezembro de 2021).

A carteira de aplicações financeiras, em 31 dezembro de 2022 e 2021, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

Carteira	2022	2021
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	178.663	81.931
	178.663	81.931

9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

	2022	2021
Saldo do ativo contratual	961.898	534.699
Circulante	38.305	-
Não circulante	923.593	534.699

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	534.699	96.318
Construção de infraestrutura de concessão	347.349	411.093
Remuneração do ativo contratual	79.850	27.288
Saldo final do exercício	961.898	534.699

9.1. Política contábil

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que de acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através do fluxo de caixa de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS E OPERAÇÕES DE DESCONTO DE TÍTULOS

	2022	2021
Materiais e serviços	28.296	107.534
Total	28.296	107.534
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	19.139	8.553
Operações de desconto de título	9.157	98.981

A Companhia negociou com alguns fornecedores a alteração do prazo de vencimento para determinadas compras de 45 para 184 dias, em média (168 dias em 2021). Para essas operações, houve também alteração nos preços, indicando um custo financeiro médio de aproximadamente 14,52% a.a. (10,81% a.a. para 2021). Os juros incorridos no exercício de 2022 no montante de R\$476 (R\$1.812 em 2021) foram reconhecidos como custo de construção do ativo contratual. Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dessas operações totalizou R\$9.157 (R\$98.981 em 31 de dezembro de 2021).

Operações de desconto de títulos

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais junto a alguns fornecedores, a Companhia autorizou estes fornecedores a realizar cessão de crédito junto a instituições financeiras e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais, não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

A cessão dos títulos não altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor, portanto, estas operações são classificadas na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional. Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dessas operações totalizou R\$9.157 (R\$98.981 em 31 de dezembro de 2021).

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

11.1. Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor ao seu acionista, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos bancários	206.754	-
Mercado de capitais	370.049	356.015
Empréstimos e financiamentos	576.803	356.015
(+) Instrumentos financeiros derivativos	16.402	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(178.747)	(82.008)
Dívida líquida	414.458	274.007

11.2. Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2022	2021
Denominados em R\$		
Indexados a taxas flutuantes	409.228	370.920
Denominados em US\$		
Indexados a taxas fixas	206.754	-
(-) Depósitos em garantia	(25.232)	-
(-) Custos de transação	(13.947)	(14.905)
	576.803	356.015
Circulante	209.012	16.509
Não circulante	367.791	339.506

b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida

	Principal ⁽¹⁾	Juros ⁽¹⁾	Instrumentos derivativos ⁽¹⁾	Total
2023	220.556	22.593	14.469	257.618
2024	13.210	17.807	-	31.017
2025	14.135	18.532	-	32.667
2026	15.321	18.511	-	33.832
2027	16.736	18.364	-	35.100
Entre 2028 e 2032	112.645	94.474	-	207.119
Entre 2033 e 2037	166.022	87.111	-	253.133
2037 em diante	404.920	77.094	-	482.014
Total	963.545	354.486	14.469	1.332.500

⁽¹⁾ O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré) em vigor em 31 de dezembro de 2022 e considerando que todas as amortizações e pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 11,30 anos.

c) Reconciliação da dívida com o fluxo de caixa e outras movimentações

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	356.015	304.689
Efeito no fluxo caixa:		
Captações	200.000	-
Aplicação (resgate) depósitos em garantia	(25.232)	-
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	42.535	51.326
Variação cambial	3.485	-
Saldo final do exercício	576.803	356.015

d) Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

11.3. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza *swaps*, contratos a termo, opções e outros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 15.7.

a) Passivo dos derivativos no balanço patrimonial

	2022
Contratados para proteção de dívidas:	
Swap de moeda - US\$ vs R\$	16.402
Exposição líquida	16.402
Circulante	16.402

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, designados para contabilidade de hedge ("*hedge accounting*"), conforme demonstrado abaixo:

	2022
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa	
Contratados para proteção de dívidas	16.402
	16.402

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	2022
	Proteção de dívidas
Saldo inicial	-
Perda reconhecida no resultado	(15.573)
Perda reconhecida no resultado abrangente	(829)
Saldo final	16.402
Perda reconhecido no resultado	
Resultado financeiro, líquido	(15.573)

c) Política contábil e julgamentos críticos

Política contábil

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificados como *hedge accounting* são classificados e apresentados como hedge econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de hedge são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

Estimativa e julgamentos críticos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os diversos métodos. Premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada nas notas 15.3 e 15.8, respectivamente.

12. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2022
Provisão para processos judiciais cíveis	5.823
Provisão para obrigações ambientais (i)	3.050
	8.873
Passivo não circulante	8.873

(i) Refere-se a provisões para compensações ambientais previstas nas licenças de operação.

12.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis na esfera administrativa e judicial, relacionadas a processos de indenização fundiária, decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	2022
Saldo inicial do exercício	-
Adições e reversões, líquidas	5.549
Atualizações monetárias	274
Saldo final do exercício	5.823

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2022	2021
Processos fiscais (i)	34	31
	34	31

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

- (i) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias para discutir a exigência de diferencial de alíquota do ICMS para aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado e ao uso e consumo. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

	2022	2021
Processos cíveis	7.914	-
Processos fiscais	8.124	6.267
	16.038	6.267

12.2. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$305.536 (R\$38.082 em 31 de dezembro de 2021) totalmente integralizado, dividido em 305.536.057 ações ordinárias (123.960.265 em 31 de dezembro de 2021), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionista	Lote de mil ações Qtde.	%	R\$
Neoenergia S.A.	305.536	100%	305.536
Total	305.536	100%	305.536

13.2. Lucro por ação e remuneração do acionista

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	23.550	49.980
Média ponderada de ações em poder do acionista	193.853	123.960
Lucro básico e diluído por ação – R\$	0,12	0,40

b) Remuneração ao acionista

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

Conforme artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia não distribuiu dividendo mínimo obrigatório, considerando o lucro líquido do exercício não ter sido realizado em caixa ou equivalentes de caixa.

A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	23.550	49.980
Reserva legal	(1.178)	(2.499)
Lucro ajustado	22.372	47.481
Constituição de reserva especial de dividendos não distribuídos	(5.592)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	(16.780)	-
Reserva de lucros a realizar		(47.481)
Lucro líquido a distribuir	-	-

c) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa de (R\$547).

13.3. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

b) Reserva de lucros a realizar

Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

c) Reserva especial de dividendos não distribuídos

Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976.

13.4. Política contábil

O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com o acionista e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: contratos de serviços administrativos.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

14.1. Saldo em aberto com partes relacionadas

	Neoenergia e suas subsidiárias	
	2022	2021
Ativo		
Compartilhamento de pessoal ^(a)	16	69
	16	69
Passivo		
Fornecedores e contas a pagar	613	175
Compartilhamento de pessoal ^(a)	323	22
	936	197

14.2. Transações com partes relacionadas

	Neoenergia e suas subsidiárias	
	2022	2021
Despesas gerais e administrativas ^(a)	(479)	(119)
	(479)	(119)

14.3. Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

(a) Contrato de compartilhamento de recursos humanos entre as empresas do grupo Neoenergia.

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
(a)	Elektro	Compartilhamento de pessoal	(117)	(367)
(a)	Coelba	Compartilhamento de pessoal	(95)	(199)

14.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve remuneração dos administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

15. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2022			2021	
	CA	VJORA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	31.541	-	147.206	77	81.931
Outros ativos financeiros	16	-	-	69	-
	31.557	-	147.206	146	81.931
Passivos financeiros					
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros e operações de desconto de títulos	28.296	-	-	107.534	-
Empréstimos e financiamentos	576.803	-	-	356.015	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	16.402	-	-	-
Outros passivos financeiros	9.049	-	-	971	-
	614.148	16.402	-	464.520	-

CA – Custo amortizado

VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

VJR – Valor justo por meio do resultado

15.2. Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 15.8 – análise de sensibilidade.

15.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” ou “VJORA”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2022 Nível 2	2021 Nível 2
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	147.206	81.931
	147.206	81.931
Passivos financeiros		
Instrumentos financeiros derivativos	16.402	-
	16.402	-

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

15.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2022		2021	
	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	576.803	556.942	356.015	354.014

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

15.5. Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

15.6. Métodos e técnicas de avaliação

Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, na dívida indexada por taxa fixa, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando a curva dos títulos da Companhia.

15.7. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2022 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*.

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* para desembolsos em dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de swap para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência	Vencimento	Valor justo
Swap US\$ pré vs R\$ pós	2022	(Ano)	2022
Ativo	US\$ 39.738	2023	206.779
Passivo	R\$ 222.916		(223.181)
Risco de crédito líquido			(16.402)

15.8. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021.

- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,2177	(206.754)	(31.995)	(63.990)
Swap Ponta Ativa em Dólar				206.779	31.998	63.997
Exposição Líquida				25	3	7

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	203.896	27.095	(4.064)	(8.129)
Passivos financeiros							
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	13,65%	(223.181)	(32.558)	(4.884)	(9.767)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	5,90%	(409.228)	(36.419)	(2.701)	(5.401)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor

Luciana Maximino Maia
Diretora

CONTADOR
Tiago Donatti Furigo
CRC-SP-338760/O-6